

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 4.429, DE 2001

Altera a redação da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, dispondo sobre os eventos públicos gratuitos promovidos pelas prefeituras municipais.

Autor: Deputado Ronaldo Vasconcelos

Relator: Deputado Nelo Rodolfo

I – RELATÓRIO

Com o Projeto de Lei sob exame pretende-se isentar as prefeituras municipais que promovam eventos públicos gratuitos do pagamento das taxas devidas ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição dos Direitos Autorais. De acordo com a justificativa, as regras de cobrança estabelecidas no art. 68 da Lei 9.610, de 1998, cujo texto se encontra anexo ao Projeto, se referem a empresários, ou seja, indivíduos que exercem atividades lucrativas, não cabendo aplicá-las às Prefeituras, que não têm fins lucrativos.

Aberto o prazo regimental, não foram recebidas emenda à proposição. Cabe-nos a avaliação do mérito, em caráter conclusivo.

É o relatório

II – VOTO DO RELATOR

O ECAD é uma sociedade civil privada, instituída pela Lei Federal nº 5.988/73 e mantida nos moldes da atual Lei 9.610/98, que “*altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências*”. O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição é organizado pelas associações de autores e demais titulares de direitos autorais e a elas filiados e representados para arrecadar e distribuir direitos autorais decorrentes da utilização pública de obras musicais ou lítero-musicais e de fonogramas nacionais e estrangeiros.

A atividade arrecadadora e distribuidora do ECAD tem fundamento nos incisos XVII (é plena a liberdade de associação para fins lícitos”) e XXVII (“aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação e reprodução de suas obras”), da Constituição Federal. Trata-se de verdadeiras cláusulas pétreas, na medida em que qualquer restrição que se imponha ao seu exercício implica a sua sujeição aos caprichos do legislador.

Pela Constituição, só o próprio autor pode fazê-lo. *Data venia*, dizer que as normas de cobrança fixadas no art. 68 da Lei nº 9.610/98 só se aplicam aos que promovem eventos com o intuito de obter lucro é atropelar o art. 4º da mesma lei, que manda interpretar os negócios jurídicos sobre direitos autorais restritivamente. Ora, uma leitura isenta dos artigos 68 e seguintes não autoriza concluir que “empresário” deve ser tomado no sentido de indivíduo que exerce atividades lucrativas.

Visto o exposto, e para que o Projeto apresentado seja melhor interpretado, e possa atender as entidades que promovem eventos sem fins lucrativos e somente em época restrita, **aprovo o projeto, nos termos do substitutivo** que apresento anexo.

Sala da Comissão em de de 2001.

Deputado Nelo Rodolfo

SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI 4.429, DE 2001

Altera a redação da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, dispondo sobre os eventos públicos gratuitos promovidos por Associações e/ou Entidades sem fins lucrativos, para público inferior a 200 (duzentos) participantes.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao artigo 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, o seguinte § 7º:

“§ 7º - O disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º deste artigo e nos artigos 98 e 99 desta Lei, não é aplicável aos eventos públicos gratuitos, sem remuneração aos promotores, se promovidos por Associações e/ou Entidades sem fins lucrativos, e para público inferior a 200 (duzentos) participantes.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão em de de 2001.

Deputado Nelo Rodolfo